

Participantes no webinar “Tecnologia e sustentabilidade na produção agrícola” convergem

Agricultura não pode ficar excluída do processo de digitalização

Págs. IV e V



Destaque

António Marquez Filipe é o novo presidente da AEVP – Associação das Empresas de Vinho do Porto



“Todos somos poucos para afirmar Portugal no topo dos melhores produtores de vinhos no mundo”

Pág. II-III

Destaques

Taylor’s: desvinculação da AEVP é uma decisão estratégica de “longo prazo”

Pág. II

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ‘DARE2CHANGE’

“O setor agroalimentar mostra uma enorme vitalidade e evolução tecnológica”

Pág. VII

Taylor’s: desvinculação da AEVP é uma decisão estratégica de “longo prazo”

A The Fladgate Partnership, que congrega quatro das principais casas produtoras de vinho do Porto - Taylor’s, Fonseca, Croft e Krohn -, formalizou, a meados de novembro a sua desvinculação da AEVP - Associação das Empresas de Vinho do Porto. Em entrevista à “Vida Económica”, Adrian Brigde, CEO do grupo, assume que as divergências “não são de agora”, mas que “esta foi uma decisão pensada e ponderada durante muito tempo”. Apesar de haver uma nova Direção da AEVP e um novo presidente, não deverão recuar. É uma decisão estratégica de “longo prazo”, diz.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Recebi uma informação que dá conta que a The Fladgate Partnership formalizou a sua desvinculação de associada da AEVP. Confirma?
AB – Sim, informámos a Direção da AEVP no final da semana passada [meados de novembro]. Neste momento a AEVP encontra-se em transição entre direções, o mandato do presidente atual termina no fim de 2021 e entendemos ser o momento oportuno.

VE – Sendo a The Fladgate Partnership uma das empresas mais relevantes do setor e sendo a AEVP a principal estrutura associativa representativa das empresas produtoras e exportadoras de vinho do Porto, que razões levaram a esta desvinculação?

AB – Sim, a The Fladgate Partnership é um dos mais relevantes produtores e comerciantes de vinho do Porto de qualidade. Somos especialistas em vinho do Porto de Categoria Especial (CE), representamos um terço das CE. Há séculos que comercializamos vinho do Porto e desde 1744 que somos produtores; detemos mais de 300 hectares de vinha e trabalhamos diretamente com 74 produtores profissionais. A nossa experiência na produção e comercialização é imensa. Algumas das maiores e mais importantes quintas do Douro são nossas há séculos, pelo que a divisão entre produtores e exportadores não se justifica. Sabemos bem das dificuldades em produzir e em vender vinho do Porto. Estamos presentes em mais de 100 mercados. Entendemos que o setor enfrenta muitas e variadas alterações e que temos de ter mais agilidade e rapidez para reagir. Os donos das marcas são quem melhor sabe como as promover em cada mercado e entendemos que não devem ser as instituições a fazer a promoção pelas marcas.

VE – Qual é a divergência de fundo que torna irremediável a permanência da The Fladgate Partnership na AEVP?
AB – Não é de agora a divergência com algumas decisões que foram sendo

tomadas e a AEVP disso tem tido conhecimento ao longo dos anos. Temos, contudo, por solidariedade institucional, falado sempre a uma só voz. A nossa atitude é sempre construtiva e estamos profundamente convictos – desde sempre – do grande potencial de crescimento do vinho do Porto de qualidade. É a produção e a comercialização do vinho do Porto de categoria especial que gera uma espiral positiva no setor, em que todos ganham por gerar riqueza.

VE – Como sabe, há [houve] eleições para a Direção da AEVP a 30 de novembro e haverá [há] uma nova equipa e um novo presidente. Em que condições aceitariam regressar à AEVP?
AB – Esta foi uma decisão pensada e ponderada durante muito tempo. É uma decisão estratégica que tomamos no longo prazo.

VE – A vossa empresa é contra a definição de um quantitativo de benefício, da produção autorizada de vinho do Porto em cada ano. Preferiam um limite imposto pela tutela (Ministério da Agricultura –



Adrian Brigde, CEO da The Fladgate Partnership.

ra através do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)?
AB – A nossa decisão relativa ao benefício é a mesma há 15 anos, não mudou, e é conhecida. Entendemos que as regras devem ser iguais para todos no Douro. Benefício ou ausência de benefício. É ao

“A nossa decisão relativa ao benefício é a mesma há 15 anos, não mudou, e é conhecida. Entendemos que as regras devem ser iguais para todos no Douro. Benefício ou ausência de benefício. É ao lavrador que cabe a decisão de destinar as suas uvas para o tipo de vinho que entender e isso tem de ser assumido”

lavrador que cabe a decisão de destinar as suas uvas para o tipo de vinho que entender e isso tem de ser assumido.

VE – Na última vindima, a Região Demarcada do Douro foi autorizada a transformar 104.000 pipas (550 litros cada) de mosto em vinho do Porto (102.000 pipas em 2020). É suficiente?
AB – Os últimos quatro anos foram di-

fíceis devido às alterações climáticas. Tivemos quatro anos vitivinícolas bastante desafiantes. As vendas das Categorias Especiais continuam em crescimento. Vamos ter de ver a continuação do crescimento das Categorias Especiais.

VE – Em 2020, o Ministério da Agricultura autorizou a criação de uma reserva qualitativa para o vinho do Porto, no valor de cinco milhões de euros ao preço de 500 euros por pipa. Quantas pipas couberam à The Fladgate Partnership? Que redistribuição fez a empresa junto dos seus produtores?

AB – A criação da reserva qualitativa foi importante, pois, na altura da pandemia e em face de um ano vitícola muito difícil, o risco era que os lavradores descurassem a produção e não investissem nos tratamentos necessários para garantir a produção de uvas de qualidade. Por isso sugerimos a criação da reserva qualitativa. A reserva qualitativa, ou seja, a autorização de produção foi distribuída aos lavradores, à produção.

VE – O Governo, através do Ministério da Agricultura, disse em agosto que pretendia retomar o processo de reinstitucionalização da Casa do Douro “no terceiro trimestre deste ano”. O que mudou na Região Demarcada do Douro?

AB – A nossa empresa está sempre empenhada e atuará construtivamente e verá sempre com bons olhos qualquer decisão que seja boa para o futuro sustentável do Douro.

VE – Como estão a correr as vendas de vinho do Porto este ano? E as exportações? Tem havido constrangimentos?
AB – Estão a correr bem. Os nossos mercados principais, como o Reino Unido, Estados Unidos da América e Canadá, estão com crescimentos significativos. Relativamente a Portugal, desde setembro que assistimos ao regresso dos turistas e à dinamização deste setor e também do [canal] horeca [atividade económica relativa a hotéis, restaurantes e cafés] e estamos ativamente a tentar recuperar as vendas perdidas durante a pandemia.

VE – Que balanço faz da atividade em 2020? Tendo sido um ano de crise pan-

démica, o setor aguentou-se?

AB – Uma pandemia é uma situação muito complexa, mas o pior já passou. A nossa casa mais antiga, a Croft, tem 433 anos de atividade e a Taylor’s 329. Já ultrapassaram guerras e muitas adversidades e continuam a perseverar e a levar aos quatro cantos do mundo o que de melhor se faz no Vale do Douro: o vinho do Porto.

ANTÓNIO MARQUEZ FILIPE É O NOVO PRESIDENTE DA AEVP – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE VINHO DO PORTO

“Todos somos poucos para afirmar Portugal no topo dos melhores produtores de vinhos no mundo”

A Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) tem tido “uma posição muito clara” que não deverá mudar “nos próximos tempos”: “É totalmente anacrónico e legalmente discutível” a reinstitucionalização da Casa do Douro e a “imposição de uma filiação obrigatória dos lavradores durienses numa Casa do Douro pública”.

A afirmação é do novo presidente da Associação, eleito esta terça-feira, 30 de novembro, para um mandato de três anos. Na sua primeira entrevista, António Marquez Filipe, diretor-geral da Symington e presidente da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, também é crítico do “modelo atual” do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP). Está, porém, convicto de que “os desafios no setor vitivinícola português são enormes” e que “todos somos poucos para afirmar Portugal no topo dos melhores produtores de vinhos no mundo”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Porquê esta candidatura à presidência da AEVP - Associação das Empresas de Vinho do Porto?

António Marquez Filipe – O convite para construir uma lista aos órgãos sociais da AEVP surgiu de uma forma inesperada, por iniciativa, há alguns meses atrás, do atual presidente da Direção da AEVP, Eng. António Saraiwa. Até esse momento, apesar de já ter feito parte de várias direções [da Associação], nunca me passou pela cabeça poder estar onde estou hoje com uma lista, um programa a três anos, um plano de atividades para 2022 e um orçamento para 2022, propostos e aprovados pela Assembleia Geral.

VE – O que o fez mobilizar-se para esta tarefa?

AMF – No processo de reflexão que fiz após o convite, surgem, como motivos maiores, uma enorme confiança que tenho que os vinhos do Douro e do Porto e a Região Demarcada do Douro tem tudo para poder ter um futuro muito positivo. E que, após 37 anos de trabalho no setor, é cada vez mais relevante na minha vida o propósito de devolver à minha empresa, ao meu setor e a esta extraordinária Região um pouco do muito que me têm dado a mim.

VE – Que desafios concretos tem pela frente? Desde logo unir as empresas do setor, não?

AMF – Sobre tudo dois: o de apoiar toda a fileira na criação de valor (na medida em que somente podemos distribuir o que gerarmos) e o de mobilizar todos os atores do setor no processo de reflexão sobre as principais mudan-



“Como quem me conhece sabe, sou um incondicional adepto do diálogo bilateral e multilateral e do trabalho em equipa”, afirma António Marquez Filipe.

ças que temos de realizar na estrutura regulamentar e institucional do setor, que permitam que este venha a estar mais preparado e mais resiliente para os muitos e significativos desafios que temos pela frente. Naturalmente que a união das empresas em volta destes propósitos é condição de partida, o

estarão abertas. Iremos trabalhar afinadamente para continuar a poder demonstrar que a AEVP pode ser a casa em que todos aqueles que produzem e comercializam vinhos do Porto e do Douro se revêm e onde veem os seus interesses protegidos e as suas grandes causas associativas dinamizadas.

“O que se espera de qualquer um ministro da Agricultura é competência, conhecimento, capacidade de trabalho, coragem de decidir em função do interesse do setor e não do ‘status quo’ político ou do ciclo eleitoral, em diálogo permanente com o setor e seus representantes”

que, estou convencido, está neste momento assegurado.

VE – A The Fladgate Partnership acabou de formalizar a desvinculação da AEVP. Sendo ela um dos principais players do setor e saindo, a AEVP fica fragilizada?

AMF – Vejo esta saída na perspetiva da clarificação de posições. Desde há algum tempo que esta empresa vinha demonstrando estar a ponderar tomar esta iniciativa, pelo que, pessoalmente, não me surpreende. Diria que todos ficamos mais fragilizados quando reduzimos o nível de interação e de cooperação entre nós, sem prejuízo do ambiente de concorrência em que operamos. Ou, por outras palavras, quando é menor o nível de “coopetição”. Mas seguiremos o nosso caminho, com redobrada ambição e determinação.

VE – Vai tentar persuadi-los a regressar à Associação?

AMF – As portas da AEVP sempre

o setor e seus representantes, determinado em criar e implementar uma visão de longo prazo para o setor vitivinícola português que passe pela afirmação das nossas castas autóctones, da nossa especificidade de ‘terroirs’, da nossa história secular, da nossa capacidade de liderar em inovação e utilização de tecnologia e, deste modo, proporcionar aos nossos clientes e consumidores por esse mundo fora experiências que eles queiram repetir e aconselhar a outros.

VE – E a Casa do Douro, que o Governo quer reinstitucionalizar? Acha bem esta medida política? Faz sentido de uma Casa do Douro pública e de inscrição obrigatória? E como pretende relacionar-se com eles?

AMF – A AEVP tem tido uma posição muito clara sobre a matéria que não deverá mudar nos próximos tempos. Entendemos que é totalmente anacrónico e legalmente discutível a imposição de uma filiação obrigatória dos lavradores durienses numa Casa do Douro pública. Acresce que todos já conhecemos o resultado do que a versão anterior deste modelo deu. Entendemos, sim, que o modelo atual de organização da Lavoura necessita ser revisitado e melhorado. Contudo, em boa fé e com espírito de cooperação, trabalharemos com qualquer modelo de organização de Lavoura que vier a ser aprovado, em nome da Região Demarcada do Douro.

VE – E a tutela? Como caracteriza a relação da ministra da Agricultura com o setor do vinho do Porto e a Região Demarcada do Douro (RDD)?

AMF – Institucionalmente correta e muito cordial, no que à AEVP diz respeito. Contudo, como em quase tudo na vida, há lugar para a melhoria. Os desafios no setor vitivinícola português são enormes – valorização do produto, aumento das exportações, constrangimentos demográficos, aumento da produtividade e da qualidade, alterações climáticas, etc, etc, – e todos somos poucos para afirmar Portugal no topo dos melhores produtores de vinhos no mundo.

VE – Portugal vai ter eleições legis-

“Vejo esta saída [da The Fladgate Partnership da AEVP] na perspetiva da clarificação de posições. Desde há algum tempo que esta empresa vinha demonstrando estar a ponderar tomar esta iniciativa, pelo que, pessoalmente, não me surpreende. Seguiremos o nosso caminho, com redobrada ambição e determinação”

lativas a 30 de janeiro e, em princípio, um/nova ministro/a da Agricultura. O que espera desse novo governante no que respeita à RDD?

AMF – O que se espera de qualquer um – competência, conhecimento, capacidade de trabalho, coragem de decidir em função do interesse do setor e não do ‘status quo’ político ou do ciclo eleitoral, em diálogo permanente com

prios e não será este certamente o lugar para as discutir.

VE – Como presidente da AEVP, que relação pretende ter com o IVDP?

AMF – A mais profissional e cordial possível, sustentada na convicção profunda de que ambas as partes pretendem o melhor para a RDD e o futuro das suas gentes.

PARTICIPANTES NO WEBINAR “TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA” CONVERGEM

Agricultura não pode ficar excluída do processo de digitalização

Na Europa e em Portugal, a agricultura não pode ficar excluída do processo de digitalização. E a futura Política Agrícola Comum (PAC) tem aqui uma palavra a dizer. A ideia partiu do secretário-geral da CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses, mas foi secundada pelos restantes participantes no webinar “Tecnologia e sustentabilidade na produção agrícola”, organizado pela “Vida Económica”.

O presidente do INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Nuno Canada, e o ex-diretor da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), Manuel Cardoso, foram taxativos. O primeiro não duvida que “os agricultores são os principais guardiões da natureza” e que a agricultura “é a atividade que mais contribui para a biodiversidade”. O segundo lança o olhar para Trás-os-Montes: “No olival tradicional onde já está instalada a fertirrigação, temos sustentabilidade garantida pela tecnologia”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“Não é possível atingir uma sustentabilidade plena, que é isso que todos pretendemos, sem recurso à tecnologia, à digitalização, à biotecnologia”, afirma Luís Mira, secretário-geral da CAP. E afirma que “a Europa tem um grande desafio”, porque “assumiu compromissos bastante ambiciosos em matéria de descarbonização” e é preciso que todos saibam: “A agricultura é o único setor económico produtivo que poderá reter carbono e contribuir para esses objetivos”.

Elogiando o tema do webinar organizado pela “Vida Económica”, integrado num ciclo de debates sobre os desafios do agroalimentar na próxima década, o secretário-geral da CAP foi taxativo: “Para que isso aconteça [se atinja a sustentabilidade plena], é necessário que essa tecnologia chegue aos agricultores”, ou seja, levar a todos os agricultores o que hoje já fazemos de forma “bastante vulgarizada” com o GPS.

“Temos de evoluir de forma massiva”. E para que a tecnologia chegue aos agricultores são necessários “dois pilares”, diz Luís Mira. “Um, é o conhecimento. Sem haver conhecimento não podemos evoluir. E Portugal precisa de evoluir nessa matéria”, diz, apontando o dedo ao INIAV – Instituto Nacional

de Investigação Agrária e Veterinária, tutelado pelo Ministério da Agricultura, que, afirma Luís Mira, “ao longo dos anos faz investigação, mas pouca dessa investigação chega ao dia a dia do agricultor, na prática, para ser aplicada



Luís Mira
Secretário-geral da CAP - Confederação dos Agricultores Portugueses

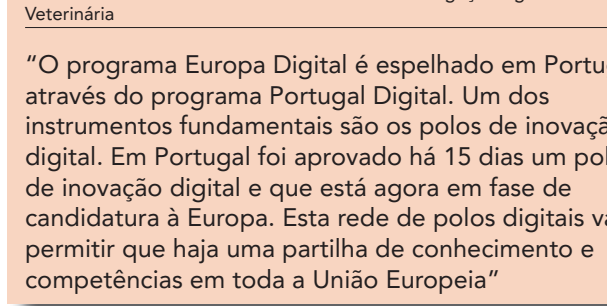
“Eu, em nome da CAP, propus ao Comissário Europeu da Agricultura, o polaco Janusz Wojciechowski, que tal como a Europa tem um ‘Digital Market Act’ e o ‘Digital Services Act’, existisse Digital Rural Act, que proporcione aos territórios rurais de baixa densidade populacional uma solução para não ficarem excluídos do processo de digitalização. Estabelece 3 eixos de atuação”

em soluções que venham ajudar o setor agrícola”.

Refere, aliás, uma questão “objetiva”. O facto de recentemente terem sido “criados, não pelo Ministério da Agricultura, mas pelo Ministério da Economia, os laboratórios colaborativos, que não são mais do que entidades que tentam, junto dos utilizadores finais, desenvolver ciência, tecnologia, conhecimento para que se possa evoluir”.

Ora, para Luís Mira, “o problema é a dispersão dos meios. O INIAV devia ser integrado na rede científica nacional, ser integrado num todo em contacto permanente com as necessidades e os problemas que vão surgindo”.

Nuno Canada não quis “entrar em diálogo”, mas negou falhas do Instituto que lidera. Fala de “um trabalho de fundo” que tem vindo a ser feito no INIAV, que lidera, e apresenta provas do envolvimento com o mundo rural.



Nuno Canada
Presidente do INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

“O programa Europa Digital é espelhado em Portugal através do programa Portugal Digital. Um dos instrumentos fundamentais são os polos de inovação digital. Em Portugal foi aprovado há 15 dias um polo de inovação digital e que está agora em fase de candidatura à Europa. Esta rede de polos digitais vai permitir que haja uma partilha de conhecimento e competências em toda a União Europeia”

“Obviamente que não estou de acordo com essa afirmação e não corresponde à realidade. Basta olhar para a realidade. O INIAV tem em curso mais de 100 projetos com associados da CAP e que, se não reconhecessem para o setor a utilidade do trabalho do INIAV, não constituiriam esses projetos connosco”, contrapôs Nuno Canada.

CAP quer ‘Digital Rural Act’

Falemos de digitalização. E, nesta vertente, a CAP, revelou Luís Mira, candidatou-te a uma rede europeia, a ‘Digital Innovation Hub’. O objetivo é “integrar uma rede de inovação digi-

tal com plataformas que façam chegar o conhecimento aos agricultores”. A questão, diz, é que “tudo isto só faz sentido se houver uma cobertura [de internet] 5G e que já está disponível nalguns países e está a chegar às cida-

des, mas que terá de chegar ao interior do território e ao meio rural”.

O problema, nota o secretário-geral da CAP, é que, “do ponto de vista económico, ela não é rentável e se calhar vai demorar 10, 15 ou 20 anos mais até que lá chegue. Mas isso é que não é aceitável, que andemos aqui a duas velocidades”.

A pensar nisso, a CAP propôs ao Comissário Europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski, que tal como a Europa tem um ‘Digital Market Act’ e o ‘Digital Services Act’, existisse ‘Digital Rural Act’, que proporcione aos territórios rurais de baixa densidade populacional uma solução para não ficarem excluídos do processo de digitalização. Estabelece três eixos de atuação. Primeiro – que seja assegurada a cobertura com rede digital das regiões rurais, em simultâneo com a cobertura prevista para as zonas urbanas; Segundo – que seja deli-

neada e implementada uma política consistente de ações de formação, para combater a iliteracia digital das populações rurais; Terceiro – que sejam criados aplicações e programas que respondam às necessidades das pessoas e das empresas destes territórios, assegurando a inclusão tecnológica e democratização da digitalização.

Porém, “esta verdadeira revolução só se faz com as organizações de agricultores que estão no terreno e o próprio Estado”. Por isso, lamenta que não haja meios e que o PRR – Programa de Recuperação e Resiliência “tenha para a agricultura e o mundo rural

uma verba insignificante”. “Aquilo que o Ministério da Agricultura conseguiu foi, em 14 mil milhões de euros, 92 milhões para a agricultura, sendo que mais de metade do dinheiro é para infraestruturas em 23 polos do Ministério da Agricultura para obras e equipamentos”, lamenta o secretário-geral da CAP.

“É uma visão muito curta. Uma oportunidade perdida. Esperamos que haja a possibilidade de tornar o setor agrícola mais resiliente e responder às questões relacionadas com a água e as alterações climáticas. Tudo isso passou ao lado”, concluiu Luís Mira.



Tecnologia e sustentabilidade são “indissociáveis”

“Hoje em dia, é indissociável a tecnologia e a sustentabilidade”, começou por afirmar Nuno Canada. O presidente do INIAV lembrou que “estas ferramentas digitais e as soluções de base tecnológica são centrais na produção de alimentos”. E mais. “Há hoje uma preocupação muito grande dos agricultores com a sustentabilidade, não só económica e social, mas, também, ambiental. Na verdade, os agricultores são hoje em dia os principais guardiões da natureza e a agricultura é a atividade que mais contribui para a biodiversidade. E é, adicionalmente, a atividade que mais contribui para fixar pessoas nos meios rurais e são elas que vão tratar dos terrenos, dos territórios”.

Nuno Canada está ciente de que “a utilização das ferramentas digitais permite usar na produção só aquilo que as plantas e os animais precisam e, de uma forma simples, vamos usar cada vez menos produtos de síntese, como sejam fitofármacos, e vamos utilizar

cada vez menos água e ter um impacto ambiental cada vez mais reduzido por esta via”. Em suma, “estas ferramentas estão a permitir produzir mais com menos. Literalmente”.

Para o presidente do INIAV, “o caminho que estamos a seguir é de crescimento, que assenta na abordagem integrada de vários aspetos. Um, é a densificação do uso de tecnologia nas explorações. Já temos muitos produtores a usar essa tecnologia, mas é necessário usar cada vez mais. Outra dimensão muito importante para o país é que esta densificação seja feita em larga escala. É um caminho que está a

instrumentos”, através dos “polos de inovação digital”.

O presidente do INIAV revela que, “em Portugal foi aprovado há 15 dias um polo de inovação digital e que está agora em fase de candidatura à Europa. Esta rede de polos digitais vai permitir que haja uma partilha de conhecimento e competências em toda a União Europeia e seja acelerado o desenvolvimento dessa tecnologia”.

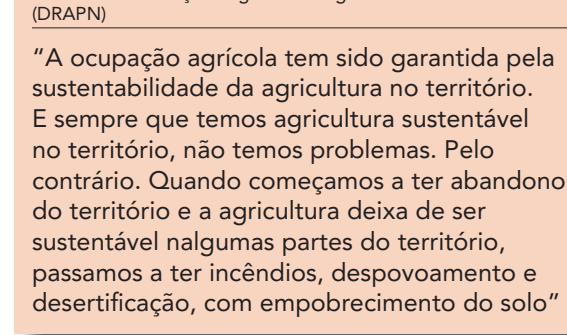
O desafio, diz, “é que os agricultores tenham condições para adotar esta tecnologia. Esse é um fator crítico para o sucesso desta medida”. E explica com números a grandeza dessa meta.

Nos últimos anos, revela Nuno Canada, “foram criados 23 centros de competências e o INIAV participou na génese de todos e na de seis laboratórios colaborativos”. Agora é “necessário tornar este ecossistema nacional mais robusto”.

Fertirrigação no olival em Trás-os-Montes

Manuel Cardoso tem em Luís Mira e Nuno Canada “dois amigos” nesta “caminhada” há décadas. Partilha, aliás, da sua visão: “hoje em dia é impensável a sustentabilidade sem a tecnologia”.

“E, portanto, para ‘os desafios do agroalimentar na próxima década’, que é o título deste ciclo de webinars, não há dúvida de que este é um dos vetores mais importantes”: “temos de garantir que na próxima década e nas décadas seguintes haja produção agrícola, produção de alimentos, produção de medicamentos, produção de fibras,



MANUEL CARDOSO
Ex-diretor da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

“A ocupação agrícola tem sido garantida pela sustentabilidade da agricultura no território. E sempre que temos agricultura sustentável no território, não temos problemas. Pelo contrário. Quando começamos a ter abandono do território e a agricultura deixa de ser sustentável nalgumas partes do território, passamos a ter incêndios, despovoamento e desertificação, com empobrecimento do solo”

produção de serviços, que são as coisas todas que os agricultores fazem”.

O ex-diretor regional de Agricultura e Pescas do Norte e, até há escassos meses, administrador do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) lembra o essencial: “Às vezes as pessoas pensam que os agricultores apenas fazem azeite, tomate, vinho e leite, mas eles fazem muitíssimo mais do que isso. Fazem um conjunto importantíssimo de serviços à comunidade. Estou a lembrar-me dos apicultores. Quase nunca se fala deles, nem se dá por eles, mas são transversais a todas as culturas e ecossistemas”.

Frisando que se “tornou num clássico falar de sustentabilidade”, Manuel Cardoso recruta a questão. “Já ouvimos até à exaustão que a sustentabilidade é económica, social e ambiental e dá-se muita importância à ambiental, embora sem garantir sustentabilidade económica não possamos garantir nenhuma das outras”.

Há, porém, neste tripé “um banco de quatro pés, porque há aqui um pilar que por vezes é arrumado no pilar social” e que deve ser elencado autonomamente: “o pilar cultural”.

“Em Portugal temos uma enorme biodiversidade em quase todo o tipo de produções que fazem com que tenhamos muitas características especiais e muitas tradições. Daí que tenhamos tantos produtos DOP (De-

nominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida). E isso tem a ver com o lado cultural da sustentabilidade. São os processos associados à produção desses produtos, sejam eles de origem animal ou vegetal, tenham mais ou menos tecnologia incorporada”. No fim de contas, diz Manuel Cardoso, “a sustentabilidade acaba por ser a garantia da nossa segurança alimentar. Para que haja alimentos suficientes e que sejam sanitariamente seguros e confiáveis, é necessário que a sua produção seja sustentável”.

E a ocupação agrícola, diz, “tem sido garantida pela sustentabilidade da agricultura no território”. É que, “sempre que temos agricultura sustentável no território, não temos problemas de despovoamento, abandono, desertificação ou de combate a incêndios. Pelo contrário. Quando começamos a ter abandono do território por parte da agricultura e a agricultura deixa de ser sustentável nalgumas partes do territó-

rio, passamos a ter incêndios, despovoamento e desertificação, com empobrecimento do solo”.

Manuel Cardoso quer “desfazer um mito”. “Por vezes lemos que a agricultura esgota os recursos do solo. Não é verdade. A agricultura serve muitas vezes para recuperar o solo. Basta ver o país que está aqui ao nosso lado, Marrocos, que criou o plano Marrocos Verde para combater a desertificação e empobrecimento dos terrenos. E está a ser feito com agricultura.”

Em Trás-os-Montes, por exemplo, “no olival tradicional onde já está instalada a fertirrigação, em vez de estar a produzir duas toneladas ou uma tonelada e meia de azeitona por hectare, como produzia até há uns anos atrás, não, produz três, quatro e cinco toneladas por hectare. Graças a quê? Graças à tecnologia que foi instalada para que haja sustentabilidade desses olivais”, lembra Manuel Cardoso.

Lembrando os “velhos do restelo” há uns anos quando diziam ‘Ah, vão esgotar o solo’. “Pelo contrário. Esses olivais são muitíssimo menos lavrados do que eram os olivais anteriores, há sementeiras feitas nas entrelinhas das plantações das oliveiras, o solo tem muito mais matéria orgânica do que tinha porque estes solos aqui são relativamente delgados e frágeis e, portanto, temos sustentabilidade garantida pela tecnologia”.

Rangel investe 2,1 milhões na África do Sul e Zâmbia



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Depois de ter entrado no mercado sul-africano em 2020, de abrir instalações em Joanesburgo e abrir escritórios ao longo das principais fronteiras de Moçambique, Zimbabué e Botsuana, a Rangel Logistics Solutions está a investir 2,1 milhões de euros para expandir na África do Sul e abrir na Zâmbia, onde vão instalar um espaço comercial.

Nuno Rangel, CEO da Rangel Logistics Solutions, diz que este investimento adicional “reforça o compromisso da Rangel com o mercado africano”, que inclui a aquisição de frota própria, crescimento da equipa local para criar 100 novos postos de trabalho até 2023, a expansão do armazém em Joanesburgo de 2500 m² para 5500 m², a abertura de novas instalações na Zâmbia e na fronteira da SA com o Namíbia (Nakop) e o Botsuana (Zeerust) em 2022 e várias novas geografias na África do Sul, incluindo Durban e Cidade do Cabo, até 2023.

“A aposta na África do Sul revelou-se ser muito positiva, superando as nossas expectativas iniciais em menos de dois anos. A posição estratégica de África do Sul no continente africano faz deste um ponto de ligação rodoviária a toda a África Austral, levando-nos a expandir as operações de forma a corresponder às exigências dos nossos clientes”, frisa o gestor em comunicado enviado à “Vida Económica”.

O próprio embaixador de Portugal na África do Sul, Manuel Carvalho, fala deste investimento como “uma história de sucesso” e “algo que precisa ser reconhecido, elogiado e celebrado”.

“Temos um ditado em português, que diz ‘Quando temos tormentas, alguns agacham-se, enquanto outros constroem moinhos’. E a Rangel está do lado da construção do moi-

nho, recolhe a tempestade e faz com que sobre a seu favor. Parabéns à Rangel, porque é preciso bravura para fazer isso e é preciso bravura para saber como o fazer, para seguir em frente, pois a sua presença não cobre apenas a África do Sul, mas também outros países no continente africano”, acrescentou o embaixador, citado pela empresa.

A Rangel entrou no mercado sul-africano em 2020, investindo no seu serviço de ‘Clearing Agent’ (despachante aduaneiro), depois de abrir as instalações de Joanesburgo. Em 2021, abriu escritórios ao longo das principais fronteiras de Moçambique, Zimbabué e Botsuana: Komatipoort, Musina e Globblersburg.

A empresa tem um portfólio de clientes em transportes terrestres e atividades aduaneiras em África, sendo acreditado como Clearing Agent, garantindo ligações com a África Austral e África Oriental. Nos próximos dois anos, assume que planeia “prosseguir com o seu plano de expansão, com novas aberturas no continente africano e reforçando os seus serviços de logística contratual, bem como o transporte marítimo e aéreo internacional”.

“Apesar da recente presença na África do Sul, temos assistido a uma grande procura (orgânica) por parte dos nossos clientes por serviços em África. Decidimos agora entrar num novo país, a Zâmbia, onde somos o primeiro operador logístico português no mercado. Isto reforçará o serviço inland da Rangel no continente, uma vez que cria pontos de ligação com os portos marítimos da África do Sul, a principal gateway da região, e consegue oferecer transporte cross-border com entregas diárias para todos os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)”, acrescenta Nuno Rangel.

Recomendações sobre a proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da UE aprovado em Bruxelas

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O projeto de recomendação do Conselho e da Comissão Europeia no âmbito da Comissão de Inquérito sobre a proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da União foi aprovado ontem em Bruxelas.

O documento, de que é rela-

tora a eurodeputada portuguesa Isabel Carvalhais, surge na sequência da análise de alegadas infrações e má administração na aplicação do Direito da União Europeia no que se refere à proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da União.

Para a deputada socialista no Parlamento Europeu, quer o projeto de relatório quer o projeto de recomendações “es-

pelham um trabalho de conciliação de visões na busca por um caminho claro, em defesa do bem-estar animal durante o transporte”. Isabel Carvalhais considera, aliás, que “temos de ser capazes de garantir, sempre, as devidas condições para os animais durante o transporte e criar as condições de contexto para diminuir a necessidade de transporte de animais vivos”.

Principais recomendações na sequência da Comissão de Inquérito sobre a proteção dos animais durante o transporte

Exorta os Estados-Membros e a Comissão a tomarem todas as medidas necessárias para melhorar a aplicação e o cumprimento no âmbito do atual quadro regulamentar; considera que a única forma de dar uma resposta harmonizada em toda a UE a algumas das questões relativas ao bem-estar dos animais durante o transporte e de ter em conta os últimos dados científicos, consiste numa revisão do regulamento relativo ao transporte de animais
Exorta a Comissão a reforçar os seus poderes de execução, nomeadamente perante violações recorrentes e repetidas do regulamento, e a aplicar sanções aos Estados-Membros que se eximam de forma sistemática a aplicar corretamente o regulamento
Solicita aos Estados-Membros e aos transportadores que promovam e apliquem integralmente os «Animal Transport Guides» (Guias sobre o Transporte de Animais) da UE promovidos pela Comissão, que estabelecem as melhores práticas destinadas a apoiar o setor a incrementar o bem-estar dos animais durante o transporte
Exorta os Estados-Membros a conduzirem com maior rigor os processos de certificação e aprovação dos veículos e de concessão de certificados de competência aos condutores
Exorta a Comissão a desenvolver rapidamente uma base de dados central de transportadores autorizados e certificados de competência na UE, incluindo um relatório sobre violações das disposições do Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho e sobre as sanções aplicadas
Considera essencial que as autoridades competentes possam ter acesso em tempo real aos sistemas de navegação por satélite; entende que os meios de transporte devem ser equipados com sistemas de controlo mais atualizados, tais como medição da temperatura, abastecimento de água e registo das operações de carregamento e descarregamento.
Recomenda a criação, a nível da UE, de um registo da frequência de alimentação e abeberamento desde a última ministração, antes do carregamento na exploração de origem até ao final da viagem.
Insta os Estados-Membros a inspecionarem todas as remessas no ponto de carregamento para trajetos de longo curso para países terceiros e a instaurarem procedimentos para as inspeções
Reputa absolutamente essencial melhorar e clarificar as disposições relativas ao transporte marítimo, em particular no que se refere à definição e identificação dos organizadores e transportadores e das suas obrigações
Insta os Estados-Membros a garantirem a existência de instalações adequadas nas fronteiras e nos portos para descarregar os animais e permitir o seu repouso adequado, salvaguardando assim o bem-estar dos animais em caso de atrasos
Recomenda a criação e aplicação de um corredor prioritário nas fronteiras, especificamente destinado ao transporte de animais, a fim de minimizar, tanto quanto possível, quaisquer atrasos suscetíveis de afetar negativamente o bem-estar dos animais
Insiste na necessidade de reforçar a cooperação e a comunicação com países terceiros, nomeadamente em matéria de assistência mútua e de partilha rápida de informações
Considera essencial o reforço do apoio financeiro à ajuda externa e à cooperação internacional, em especial aos países terceiros que necessitam de maiores investimentos, por exemplo, no que diz respeito à refrigeração das carcaças ou à manipulação de produtos germinais

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL 'DARE2CHANGE' JUNTOU 350 ESPECIALISTAS NO SUPER BOCK ARENA

"O setor agroalimentar mostra uma enorme vitalidade e evolução tecnológica"

"O setor agroalimentar mostra uma enorme vitalidade e evolução tecnológica". E a conferência internacional 'Dare2Change' organizada pela PortugalFoods em parceria com o Colab4Food e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) "mostrou que este ecossistema colaborativo, entre a ciência, a investigação aplicada e a indústria, tem respondido às necessidades do consumidor". A afirmação é do presidente da PortugalFoods, Amândio Santos, e foi proferida na sessão de encerramento do evento que reuniu no Porto, no Centro de Congressos do Super Bock Arena, durante dois dias, 350 investigadores, empresários, cientistas e público ávido de novidades. A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, e o secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhantes Dias, intervieram no primeiro dia do evento em 'livestreaming'.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Durante dois dias, 350 investigadores, empresários, cientistas e público "ávido de novidades" mantiveram o Centro de Congressos do Super Bock Arena, no Porto, cheio. A PortugalFoods, em parceria com o 'Colab4Food' e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), que organizaram esta conferência internacional 'Dare2Change', dizem que pessoas se mantiveram na assistência para se "atreverem a mudar" o setor agroalimentar.

Financiado pelo COMPETE2020, Portugal2020 e União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o evento pretendeu trazer a público os desenvolvimentos científicos e tecnológicos e as tendências para o futuro do agroalimentar.

"Utilizar tecnologia 'blockchain' e 'smart contracts' para combater a fome no mundo ou redesenhar o conceito dos pratos e produtos do futuro não são utopias ou frases retiradas de livros de ficção científica", refere a organização. Isso mesmo ficou demonstrado numa das palestras onde se explicou como fazer o aproveitamento dos subprodutos da indústria para melhorar o fabrico dos alimentos, assim como a forma de trabalhar a customização da nutrição.

A preocupação com a sustentabilidade também esteve no centro das intervenções dos palestrantes, que lembraram que as alterações climáticas (e as suas consequências, como os incêndios



Amândio Santos, presidente da PortugalFoods.

em Portugal ou as cheias na Alemanha) e os problemas de saúde (como o peso excessivo de milhões de europeus e americanos) já têm respostas por parte da comunidade científica – que têm em conta a adequada alteração de comportamentos dos consumidores e a criação de soluções nutricionais que vão ao encontro das necessidades das sociedades.

"Visão empreendedora das empresas"

Por outro lado, o impacto do reaproveitamento dos subprodutos da indústria, da utilização de materiais sustentáveis nas embalagens e da melhoria dos processos de digitalização nas cadeias

ção, Eurico Brilhante Dias. O governante falou da "visão empreendedora das empresas e do papel dos clusters portugueses no crescimento da inovação e das exportações".

Este dia da conferência 'Dare2Change_Business', focado no negócio, teve a intervenção de empresas e de entidades como a AICEP, que apresentaram estratégias para a indústria agroalimentar, já em execução ou em projeto, com impacto na cadeia de valor, através de parcerias entre organizações nacionais e internacionais.

Foram, também, analisados com maior profundidade a transição digital, a adoção de novas tecnologias com impacto no negócio e como contributo para o aumento da competitividade do



Conferência internacional Dare2Change juntou 350 pessoas no Centro de Congressos SuperBock Arena.

de fabrico, entre outras alterações em curso no setor, foram o tema central do dia dedicado à 'Ciência – Dare2Change_Science'.

O encerramento ficou a cargo da ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, que, num discurso em 'livestreaming', valorizou os milhões previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e na Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 ("Terra Futura"), como "contributo fundamental para a modernização e crescimento do setor".

A abertura do segundo dia coube ao secretário de Estado da Internacionaliza-

setor. A ambição exportadora da fileira vínica nacional e a estratégia de comunicação das marcas para a valorização do seu país de origem – Portugal – tiveram abordagens consideradas "cativantes" e que motivaram um diálogo aceso entre a plateia e os palestrantes.

O painel final, com o tema da inovação no 'marketing' e na comunicação de marcas, num mercado global cada vez mais desafiante, deu palco ao trabalho considerado "inovador" de alguns dos maiores 'players' do agroalimentar na abordagem ao mercado e ao consumidor: empresas como a Cerealis, Sonae

"Stéphanie Reis, da equipa do 'Colab4Food', saiu vencedora com o poster 'Market Trends in mood and energy-boosting food'. No concurso 'Ideas4Sharks', o vencedor foi o projeto 'Oh!Snack', uma iniciativa da Salsicharia da Gardunha, que criou 'snacks' e bifes de frango e peru"

MC, Super Bock Group e Águas de Monchique mostraram como fazem alinhar nas suas estratégias de 'marketing' a preocupação com a sustentabilidade, com a satisfação das necessidades dos consumidores e a antecipação de tendências.

Projetos 'Oh!Snack' e 'Market Trends in mood and energy-boosting food' premiados

Enquadrados no 'Dare2Change', decorreram ainda dois concursos: um de posters científicos; e um concurso de empreendedorismo – 'Ideas4Sharks', que teve como objetivo reconhecer e premiar a criação de ideias e de negócios inovadores e sustentáveis no agroalimentar.

Nos posters, saiu vencedora Stéphanie Reis, da equipa do 'Colab4Food', com o poster 'Market Trends in mood and energy-boosting food'. A organização entendeu dar nove menções honrosas, premiando a investigação de alunos e investigadores da Universidade de Aveiro, Universidade do Minho, Universidade Católica Portuguesa, Instituto Superior de Agronomia, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em parcerias com entidades científicas e empresas.

No concurso 'Ideas4Sharks', o vencedor foi o projeto 'Oh!Snack', uma iniciativa da Salsicharia da Gardunha, que criou 'snacks' e bites de frango e peru, não fritos e temperados com ingredientes de origem natural, sendo lentamente secos a baixa temperatura.

Amândio Santos, presidente da PortugalFoods, resumiu desta forma o evento: "O setor Agroalimentar mostra uma enorme vitalidade e evolução tecnológica. E esta conferência mostrou que este ecossistema colaborativo, entre a ciência, a investigação aplicada e a indústria, tem respondido às necessidades do consumidor".

Para este responsável, "o conhecimento que o sistema científico e tecnológico transmite tem sido bem aplicado. Este evento deu-nos a conhecer as melhores práticas, a investigação e as tendências a nível global, que permitem ampliar o conhecimento, a criatividade e a capacidade empreendedora de todos".

Certificação ‘Let’s Talk About Pork From Europe’ apresentada aos suinicultores

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A certificação voluntária em bem-estar animal ‘Let’s Talk About Pork From Europe’ foi apresentada em meados de novembro, em Leiria e Montijo, à produção suinícola, em duas sessões dirigidas aos suinicultores. Esta certificação foi recentemente aprovada pelo Ministério da Agricultura e está, por isso, “em condições de começar a ser implementada”.

A fileira da carne de porco nacional decidiu avançar com o processo que é “o culminar de uma vontade de anos da produção e indústria, que trabalham para incrementar a sanidade e bem-estar dos suínos”.

A associação interprofissional FILPORC - Organização Interprofissional da fileira da carne de porco, liderada por Patrícia Fonseca, considera que “o bem-estar animal é hoje uma realidade cada vez mais presente em toda a cadeia de produção pecuária, não só pelas exigências do consumidor, mas, também, pela vontade expressa de quem produz”.

Por isso, desenvolveram um referencial de certificação em bem-estar animal de



A certificação voluntária em bem-estar animal ‘Let’s Talk About Pork From Europe’ destina-se a produtores, transportadores e indústrias de abate e transformação

suínos aplicada a toda a fileira da carne de porco, que suporta um caderno

de especificações desenvolvido com a assessoria técnico-científica da Faculda-

de de Medicina Veterinária, em Lisboa, tendo como ponto de partida as práticas atuais da suinicultura portuguesa.

De acordo com a FILPORC, esta certificação da carne de porco nacional vai ao encontro do Pacto Ecológico Europeu, através da sua estratégia “Farm to Fork”, que aponta como objetivo específico da política agrícola comum no horizonte 2030 a melhoria do nível de bem-estar animal.

A certificação voluntária em bem-estar animal ‘Let’s Talk About Pork From Europe’ destina-se a produtores, transportadores e indústrias de abate e transformação que pretendam aderir a este sistema de certificação, que podem, assim, usar um selo específico que fará a distinção no ponto de venda.

Nesta fase, diz a FILPORC, “estão a ser feitos os esclarecimentos junto da produção suinícola, pela FPAS – Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores - e pela FILPORC, através de sessões presenciais junto dos suinicultores”. Também está a ser feita a apresentação do “Regulamento de certificação em bem-estar animal na produção de suínos em regime intensivo e intensivo ao ar livre”.

PUB

Ciclo de webinars:
“Os desafios do agroalimentar na próxima década”

Os desafios do setor dos lacticínios

sexta-feira, 17 dezembro às 15h00, via Facebook Live

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

VidaEconómica
Business School

AgroVida

Carlos Neves
Presidente da APROLEP
– Associação de Produtores de Leite de Portugal

Fernando Cardoso
Secretário-geral da FENALAC
– Federação Nacional das Cooperativas dos Produtores de Leite

Maria Cândida Marramaque
Diretora-geral da ANIL
– Associação Nacional dos Industriais de Laticínios

Patrocínio:

* transmissão em direto na página agrovida-vidaeconomica no Facebook

Informações

Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | © 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt